



Onde está Amarildo? A foto de Alcyr Cavalcanti correu o mundo...

(Acervo do Autor, 2013)

A FAVELA DA ROCINHA E O NOVO TRATO DOS VIVENTES: O FOLHETIM

Luiz Carlos Toledo

&

Companheiros de Caminhada

Com luxuosa revisão de Andrea Toledo

Capítulo I

INTRODUÇÃO

Dedico **O Folhetim** aos jovens da Rocinha, favela esquecida pelos governantes, cuja criminosa omissão a transformou em uma das Cidades Invisíveis, criadas por Ítalo Calvino e por mim desenhadas na oficina de arteterapia do Hospital Sarah Rio, sob olhar atento de Aline.



EUDÓXIA

Na “Cidade Maravilhosa”, os contrastes gritantes entre os indicadores socioeconômicos de saneamento básico, moradia e acesso a serviços públicos de qualidade dos bairros da Zona Sul e os da Favela da Rocinha têm origem numa sociedade profundamente desigual, em que o preconceito em relação aos mais pobres e o racismo estrutural predominam, contribuindo para os pífios resultados das diversas tentativas de reversão desse quadro que ocorreram na Rocinha a partir de 1990, entre elas o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial, trabalho coordenado por mim e pelo arquiteto Jonathas Magalhães de 2005 a 2007.

A pesquisa ***A Favela da Rocinha e o Novo Trato dos Viventes***, iniciada em 2023, é mais uma etapa da longa luta para transformar a favela num bairro popular de fato, além de direito¹, e tem por principal objetivo encontrar as causas do relativo fracasso dessas intervenções governamentais iniciadas há 34 anos². Caberá ao leitor julgar se as causas da falta de efetividade das intervenções identificadas na pesquisa poderiam ser estendidas à outras favelas.

¹ Em 1993, a Lei Municipal 1.995, criou o Bairro da Rocinha e dispôs que este seria objeto de programa de regularização fundiária e urbanística, reassentamento da população moradora de áreas de risco e de proteção ambiental e a recuperação das condições ambientais do bairro, mas nada disso aconteceu: a Rocinha continua a ter as características de uma favela e o “Bairro” só existe na letra da Lei que o criou.

² PROSANEAR (1990), Regularização Fundiária (2007), Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial (2006-2007), PAC (2008-2010), Programa Comunidade Cidade (2019)

A pesquisa exigiu leituras em diversas disciplinas; assim, revisei obras de arquitetura e urbanismo e adentrei em campos em que apenas engatinho, como filosofia, sociologia, geografia, economia e história. Também senti a necessidade de voltar ao ambiente acadêmico e à prática estimulante da interlocução com professores e estudantes do PROARQ, certamente uma aventura para um octogenário dedicado ao ensino e à prática do urbanismo e da arquitetura por mais de seis décadas.

Foi tomado de grande emoção que retornei ao icônico Edifício Jorge Machado Moreira, sede da Faculdade de Arquitetura da UFRJ, onde me formei, fiz Pós-Graduação em Urbanismo, Mestrado, Doutorado e lecionei durante mais de 15 anos. Contudo, o maior motivo de retornar foi a indignação em ver tantos brasileiros privados da cidadania que a Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas e a Constituição Cidadã de 1988 deveriam garantir.

A negação de direitos produziu dois tipos de cidadão, os de primeira e os de segunda classe, iniquidade responsável por êxodos populacionais, desesperança e fome, num mundo onde o neoliberalismo e a globalização aprofundaram desigualdades a ponto de indivíduos e empresas transnacionais serem mais ricos do que nações, enquanto bilhões vivem em condições de miséria absoluta, no campo e nas cidades. Nessas, o contraste entre ricos e pobres é mais aparente, apesar da tentativa frustrada de confinar estes últimos nas favelas e periferias, longe dos olhos dos cidadãos de primeira classe e dos governantes que só as visitam à cata de votos. Contudo, a tentativa de esconder a pobreza tem sido inútil diante da multiplicação de pobres e miseráveis que, transbordando dos territórios de exclusão, fazem das ruas moradia, para horror e revolta dos cidadãos de primeira classe, a quem faltam, com raríssimas exceções, solidariedade e compaixão.

O palco escolhido a Rocinha, favela onde atuo há quase três décadas como urbanista, arquiteto, professor, pesquisador e ativista. Estou convencido, porém, de que os temas abordados na pesquisa extrapolam os limites da maior favela do Rio de Janeiro, aplicando-se também a outros territórios periféricos.

Comecei a me interessar pela questão das favelas ainda na faculdade, por influência de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, amigo e colega de turma. Eu acreditava, a princípio, que as favelas funcionavam como verdadeiras plataformas de ascensão econômica e social, capazes de integrar, em não mais do que uma geração, populações provenientes de áreas rurais à vida urbana. Pensava que, em certa medida, as favelas reproduziam o papel das Cidades Livres medievais, tirando da servidão aqueles que trabalhavam durante um ano dentro de seus muros.

As dúvidas surgiram quando percebi que a integração ocorria de forma totalmente subalterna e que as favelas continuavam sem saneamento, moradia digna, equipamentos e serviços públicos de qualidade, mantendo - e até mesmo ampliando - os contrastes entre “morro e asfalto”. Contudo, somente após a leitura de *O Trato dos Viventes* (ALENCASTRO, 2021)³ reformulei de vez meu pensamento, passando a ver as favelas como um espaço particularmente fértil para a reprodução do que chamo de

³ A leitura de *O Trato dos Viventes*, o livro seminal de Luiz Felipe de Alencastro, que estuda a formação do Brasil no Atlântico Sul nos séculos XVI e XVII, foi o impulso que faltava para mudar meu entendimento sobre a Rocinha, por mim reconhecida no Plano Diretor como sendo “uma formidável plataforma de ascensão social”. Lendo o livro, percebi que as favelas se assemelhavam aos *postos de tratos e avenças* ali mencionados (onde se estabeleciam os contratos entre os que capturavam os escravos e os que os exportavam para a Europa e, principalmente, para o Novo Mundo), constituindo - ao inverso de uma plataforma de ascensão social - um produto acabado do capitalismo colonial, o lócus onde a exploração e a espoliação dos viventes são as mais abjetas.

“o novo trato dos viventes”, desempenhando papel semelhante ao dos “postos de tratos e avenças” descritos por Luiz Felipe de Alencastro:

“Os postos de ‘tratos e avenças’ (ajustes prévios) cravados na cartografia dos Descobrimentos correspondem às instituições definidas por Karl Polanyi como ‘port of trade’. Que passo a denominar ‘portos de trato’ do litoral ou ‘feiras de trato sertanejas’. Aqui, o comércio permanece circunscrito, sem dar lugar a um mercado. Trocas se desenrolam em locais determinados, junto a enclaves tornados neutros por consenso mútuo, nos quais os preços são arreglados entre os tratadistas estrangeiros e a autoridade nativa” (ALENCASTRO, 2021, p 46).

A pesquisa tem dois objetivos principais: com o livro **O Plano**, que em breve será lançado, divulgo o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha (2005/2007), dando a conhecer um momento especialmente criativo na longa história da favela, quando um grupo de moradores e técnicos, reunidos em um pequeno escritório no interior da favela, discutiram e elaboraram o Plano Diretor. Desde então, sonho vê-lo nas estantes da Biblioteca Parque da Rocinha, o C4, projetado pelo saudoso arquiteto Mauro Guaranis, e uma das poucas propostas do Plano Diretor efetivamente realizadas.

Procuro, com O Folhetim, dar seguimento ao segundo objetivo da pesquisa, tratando de questões que me assombram por ver que as várias tentativas de melhorar qualidade de vida da gente da Rocinha, dotando a favela de saneamento básico, moradia digna, mobilidade, serviços e equipamentos públicos de qualidade, fracassaram em seus principais objetivos, senão totalmente⁴.

O fracasso dessas tentativas não pode ser atribuído apenas à falta de vontade política e à corrupção de agentes públicos e privados. Quando constatei que o Plano Diretor não iria atingir seus principais objetivos, percebi a importância de conhecer as causas estruturais que levaram ao fracasso todas essas tentativas. Com esse objetivo, estreitei ainda mais meus laços com a Rocinha, criando com alguns colegas, em 2017, um curso de urbanismo no CIEP Ayrton Senna da Silva⁵ para atualizar o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial com os estudantes e moradores da favela, e passando a colaborar ativamente na luta pelo Saneamento Básico, participando das reuniões e eventos organizados pelo Coletivo Rocinha Sem Fronteiras⁶.

⁴ Na pesquisa previ tratar de pelo menos três tentativas frustradas de melhorar a vida dos moradores da Rocinha, o PROSANEAR, o Plano Diretor / PAC e o Comunidade Cidade.

⁵ O Curso A Rocinha Que Queremos, coordenado por mim, reuniu professores da própria favela, como o Professor de História Antônio Firmino, da Academia, como a professora Luciana Lago do NIDES/UFRJ, e técnicos que haviam participado do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial, como os arquitetos Mauro dos Guaranys e Daniela Hengel. O curso foi criado com o objetivo de atualizar o Plano Diretor pelos próprios moradores. Funcionou de meados de 2017 até o início da pandemia em 2020, quando foi interrompido.

⁶ O Coletivo Rocinha Sem Fronteiras reúne moradores da favela há mais de quinze anos para discutir problemas que afetam a Rocinha. Uma vez por mês convocam técnicos, gestores, acadêmicos e lideranças de várias áreas para palestrar e responder a perguntas dos moradores. Participei, ora como palestrante convidado, ora como ouvinte, desde 2007.



Primeira turma do curso de urbanismo *A Rocinha Que Queremos* (Arquivo pessoal, 2019)



A luta pelo Saneamento (2013). O sopão pelo Saneamento (2023) Acervo M&T

NO LABIRINTO

“A entrada do labirinto é imediatamente
um dos seus centros, ou melhor,
não sabemos mais se existe um centro,
o que é um centro.
De todos os lados as galerias obscuras partem,
emaranham-se com outras
que vêm não se sabe de onde,
que vão talvez a parte alguma”

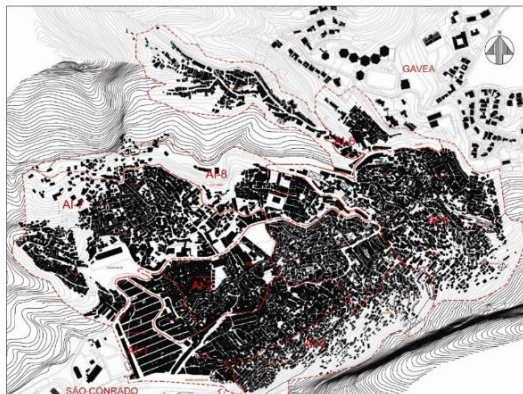
Cornelius Castoriadis⁷

Entro no labirinto que, à semelhança do percorrido pelo filósofo Cornelius Castoriadis, está repleto de incertezas e antinomias. Levo na mochila dois anos dedicados a revisitar o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha; dois fóruns organizados para identificar as causas que levaram o Plano a fracassar nos seus principais objetivos, o primeiro na UFRJ, o segundo no CIEP Ayrton Senna da Silva, na favela; dez encontros memoráveis, em que tive a honra de receber em casa dez integrantes da academia e dez moradores da Rocinha que, em duplas, discutiram comigo as causas da ineficácia do Plano e de outras intervenções governamentais ocorridas na favela⁸.

⁷ CASTORIADIS, Cornelius, *As Encruzilhadas do Labirinto*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1997, pp 9,10.

⁸ Todos os dez encontros estão disponíveis no Canal do PROARQ/UFRJ, no YouTube.

Convido você, amigo leitor, a se aventurar comigo, munido dos pensamentos de todos os que nos acompanharão nesta caminhada; eles irão iluminar o labirinto, evitando que nos percamos em galerias que não levam a nada.



Um labirinto chamado Rocinha (Acervo M&T, 2007)

Pobre de mim: ao entrar no labirinto em busca das causas estruturais que levaram o Plano Diretor ao fracasso, deparei-me com imagens fugazes que se desfazem a cada giro do caleidoscópico em que o mundo contemporâneo se transformou. Sigo tateando as paredes das galerias, e se meus passos trôpegos não me levarem a nada, que pelo menos sirvam de estímulo para que outros completem a caminhada.

O labirinto está infestado de ratos, eles invadiram as galerias quando nos afastamos da natureza e da nossa própria humanidade. É preciso exterminá-los, são eles que roem os sonhos e pezinhos das crianças da Rocinha e corrompem nossos ideais. O chão do labirinto é feito de areias movediças prontas a nos tragar - elas e os ratos têm o mesmo objetivo, interromper nossa caminhada. Ainda assim, é imperioso prosseguir.

Compenso tantas agruras alimentando-me dos saberes de homens e mulheres que também cruzaram o labirinto, oferecendo pistas que nos levem aos descaminhos que comprometeram a qualidade das políticas públicas que pretendiam (ou não) melhorar as condições de vida nos territórios periféricos, sejam eles quilombos, favelas, loteamentos irregulares, ocupações de moradia e, até mesmo, os locais onde a população em situação de rua se refugia. Políticas que, na maioria das vezes, são meras intervenções pontuais sem continuidade e que, em vez de melhorar a vida das pessoas nesses territórios, os tornam ainda mais excludentes pela gentrificação que costumam provocar.

Se eu não contasse com tão formidáveis companheiros de caminhada, não ousaria, intrépido leitor, convidá-lo a vir comigo; portanto, não estranhe ouvir suas vozes a todo o momento, através das mensagens que deixaram neste e nos próximos capítulos do Folhetim para iluminar o labirinto. Palavras imprescindíveis para fazermos a caminhada imunes às miragens que tentarão, por todos os meios, interromper essa jornada que, sem saber, iniciei no dia em que pisei pela primeira vez o chão da Rocinha, muito embora não pudesse imaginar, naquele instante, que acabara de ingressar no Labirinto.

Muitos anos se passaram até que eu identificasse a primeira causa estrutural da falência das políticas públicas e intervenções governamentais feitas na Rocinha nas últimas décadas; encontrei-a numa das galerias mais obscuras do labirinto, e na verdade quase passei por ela sem dar conta, tal o seu esforço para passar despercebida.

Na falta de melhor nome, chamei-a de “*descolamento da natureza*”, condição ilustrada no Cinema pela saga de Neo, o herói de *Matrix*, cego diante da Matriz que o aprisiona, e pela confusão hilária e trágica de Truman Burbank em *O Show de Truman - O Show da Vida*. Muito antes, a filósofa Hannah Arendt, no livro *A Condição Humana*, já havia mencionado a vontade dos humanos em se afastar da natureza, escapando do planeta, e suplantando-a num tubo de ensaio:

“E1957, um objeto terrestre, feito pelo homem, foi lançado ao universo, onde durante algumas semanas girou em torno da Terra... A reação imediata, expressa no calor da hora, foi o alívio ante o primeiro passo para a fuga dos homens de sua prisão na terra... A Terra é a própria quintessência da condição humana, e a natureza terrestre, ao que sabemos, pode ser a única no universo capaz de proporcionar aos seres humanos um *habitat* no qual eles podem mover-se e respirar sem esforço nem artifício. O artifício humano do mundo separa a existência humana de todo o ambiente meramente animal, mas a vida mesma permanece fora desse mundo artificial, e por meio da vida o homem permanece ligado a todos os organismos vivos. Desde já algum tempo um grande número de investigações científicas tem buscado tornar ‘artificial’ também a vida e cortar o último laço a manter até o homem entre os filhos da natureza”. (ARENDR, 2020, pp 1,2)

A FALTA DE CHÃO

Ao nos afastarmos da natureza falta-nos o chão, e quando ele nos falta, surge a insegurança e o desespero, insuportáveis durante a pandemia da Covid 19, ainda que não se possa comparar o que foi sentido pelos que permaneceram em casa, trabalhando em *home office*, com internet para se comunicar, estudar e fazer compras, sem exposição ao vírus, com o desespero dos que atravessaram a pandemia em moradias exíguas, mal ventiladas e sem saneamento, não tendo alternativa senão arriscar-se diariamente a contrair o vírus, em ônibus e trens superlotados, para trabalhar.

Uns e outros, entretanto, ficaram sem chão, aterrorizados com as cenas de hospitais superlotados e covas abertas e fechadas às pressas.

Nunca foi tão evidente como na pandemia nossa impotência diante da mórbida, mas necessária, contabilidade dos óbitos e da escassez das vacinas, trazendo medo e estupefação diante da tragédia por nós contratada ao agredirmos a natureza sem medir consequências. Não conseguimos entender de uma vez por todas que fazemos parte da natureza, como tudo a nossa volta. Permanecemos catatônicos, atados às redes sociais, que nos dizem como ser, viver e, principalmente, consumir mercadorias e ideias.

Não conseguimos nos afastar das redes nem mesmo durante as enchentes que afogaram o Estado do Rio Grande do Sul e os incêndios que se alastram pelo país enquanto escrevo estas linhas. Continuamos iludidos pelas *fake news* e cada vez mais desconectados com a nave que nos transporta pelo cosmo, incapazes de dar à Terra o que ela nos pede.

Ainda assim, o isolamento forçado na pandemia trouxe algo de bom: diante da tragédia, muitos de nós fomos compelidos a “*aterrar*”, no sentido dado por Bruno Latour nos livros *Onde Aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno* e *Onde Estou? – Lições do confinamento para uso dos terrestres*, onde o autor, valendo-se de formigas, cupins, cupinzeiros, como lhe é de hábito, e do desventurado Gregor Samsa, herói-inseto de Franz Kafka no livro *Metamorfose*, expressa seu desconforto e sentimento de culpa ao ver o planeta ser tão maltratado:

“Aquilo que mais o desanima - ou melhor, que o assusta – é que há pouco tempo começou a olhar para a lua – ela está cheia desde ontem – como se fosse a única coisa que ele poderia contemplar sem sentir um mal-estar. O sol? Impossível apreciar seu calor sem pensar imediatamente no aquecimento global. As árvores que os ventos agitam? O medo de vê-las dessecar ou serem cortadas por uma serra o atormenta. Até mesmo a água que cai das nuvens ele tem a desagradável impressão de se sentir responsável: “Você sabe muito bem que, em breve, a água vai faltar em toda a parte”. (LATOUR, 2021, p11)

Entretanto, não foi Latour o único a me fazer *aterrar*; os saberes ancestrais de Antônio Bispo dos Santos em *A Terra Dá, a Terra Quer*, David Kopenawa e Bruce Albert em *A Queda do Céu* e Ailton Krenak em *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo* e *A Vida Não É Útil* também foram responsáveis pelas cambalhotas epistemológicas que, por fim, me jogaram no chão do labirinto. Mesmo moído até a alma, valeu a pena o sacolejo que levei: afastou a preguiça intelectual de rever conceitos que, há muito tempo, deveriam ter sido descartados, obrigando-me a desbravar galerias onde me deparei com saberes que aliavam frescor intelectual à contundência, sobressaindo pela originalidade, como os de Antônio Bispo dos Santos, que não se cansa de *semeá-los* pelo mundo. São a bússola e a lanterna com que conto para atravessar o labirinto:

“Certa vez, fui questionado por um pesquisador de Cabo Verde: ‘Como podemos contracolonizar falando a língua do inimigo’. E respondi: ‘Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra *desenvolvimento*. Porque a palavra boa é *envolvimento*’”. (SANTOS, 2023, p. 13,14)

O leitor pode imaginar o impacto que essas e outras palavras *semeadas* por Antônio Bispo dos Santos provocaram num arquiteto que, desde recém-formado, desenvolveu planos diretores de desenvolvimento urbano por todo o Brasil. As palavras potentes deste quilombola fizeram-me perceber a oportunidade ouro que perdi, fazendo Planos Diretores de Desenvolvimento, em vez de *Planos Diretores de **Envolvimento***!

O resgate desses saberes ancestrais tem sido fundamental, não só para retomarmos o contato com a natureza, mas, também, para reescrevermos nossa própria história, como atesta o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, autor do posfácio de *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*:

“Ailton Krenak, juntamente com outros intelectuais e ativistas indígenas, como Davi Kopenawa e Daniel Munduruku, está escrevendo um capítulo essencial da história do Brasil, aquela

que conta o que definiu como ‘a história da descoberta do Brasil pelos índios’: uma contra história e uma contra antropologia indígenas, cujo objeto é a cultura dominante do Estado-nação que se abateu sobre os povos originários desta parte do mundo”. (CASTRO in Ideias Para Adiar o Fim do Mundo, 2019, p 75)

Quanto a mim, esses saberes ancestrais, subestimados por muitos, foram o lastro que me permitiram *aterrar* e, como verão adiante, contam com o respaldo de expoentes da filosofia contemporânea.

Os pensamentos do quilombola Antônio Bispo dos Santos, do Xamã Yanomami Davi Kopenawa e de Ailton Krenak - cuja palavra ganhou o mundo após o assassinato do Rio Doce⁹ pela lama do rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração - foram fundamentais para que eu compreendesse o quanto estamos descolados da natureza.

Davi Kopenawa, apesar de considerar os Brancos como “*nape*” (forasteiro, inimigo), dividiu conosco, através de Bruce Albert, seu depoimento-profecia, em que tenta alertar-nos do perigo que corremos. Tentativa vã, devido à surdez e avidez do Branco pelas *mercadorias*, que esgotam os recursos planetários não renováveis e aceleram as mudanças climáticas. A profecia de Davi Kopenawa, metafísica construída em linguagem xamânica / simbólica, vaticina a queda do céu sustentado pelos metais que os garimpeiros extraem do subsolo do território Yanomami, matando seu povo, envenenando rios e derrubando florestas:

“Foi *Omama* que criou a terra e a floresta, o vento que agita suas folhas e os rios cuja água bebemos. Foi ele que nos deu a vida e nos fez muitos. Nossos maiores nos deram a ouvir seu nome desde sempre. No começo *Omama* e seu irmão *Yoasi* vieram à existência sozinhos. Não tiveram pai nem mãe. Antes deles, no primeiro tempo, havia apenas a gente que chamamos *yarori*. Esses ancestrais eram humanos com nomes de animais e não paravam de se transformar. Assim, foram aos poucos se tornando os animais de caça que hoje flechamos e comemos. Então foi a vez de *Omama* vir a existir e recriar a floresta, pois a que havia antes era frágil. Virava outra sem parar, até que, finalmente, o céu desabou sobre ela. Seus habitantes foram arremessados para debaixo da terra e se tornaram vorazes ancestrais de dentes afiados a quem chamamos *aõpatari*.

Por isso Omama teve que criar uma nova floresta, mais sólida, cujo nome é *Hutukara*. É também esse o nome do antigo céu que desabou outrora. *Omama* fixou a imagem dessa nova terra e esticou-a aos poucos, cuidadosamente, do mesmo modo com que espalhamos o barro para fazer placas de cerâmica *mahe*. Em seguida cobriu-a com pequenos traços apertados, pintados com urucum, parecidos com desenhos de palavras. Depois, para evitar que desabasse, plantou nas suas profundezas imensas peças de metal, com as quais também fixou os pés do céu”. (KOPENAWA, ALBERT, 2015, p.81)

Se isso não bastasse, Kopenawa acerta ao chamar o Branco de “*homem mercadoria*”, denunciando o consumismo e o amor pelas mercadorias¹⁰. No prefácio de *A Queda do*

⁹ O Rio Doce é considerado pelo povo Krenak como um membro da família, no caso, o avô da tribo.

¹⁰ A esse respeito, Eduardo Viveiros de Castro, autor do prefácio de *A Queda do Céu*, nos brindou com o seguinte comentário de pé de página - “*Que melhor nome se poderia cunhar para a civilização capitalista? O capital inteiro em um simples etnônimo*”.

Céu, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro nos mostra a importância do pensamento de Kopenawa, enquanto “*crítica da economia política da natureza*”:

“Mas a queda do céu é um *objeto* inédito, compósito e complexo, quase único em seu gênero. Pois é, ao mesmo tempo: uma biografia singular de um indivíduo excepcional, um *sobrevivente* indígena que viveu vários anos em contato com os Brancos até incorporar-se a seu povo e decidir tornar-se xamã; uma descrição detalhada dos fundamentos poéticos-metafísicos de uma visão de mundo da qual só agora começamos a reconhecer a sabedoria; uma defesa apaixonada do direito à existência de um povo nativo que vai sendo engolido por uma máquina civilizacional incomensuravelmente mais poderosa; e, finalmente, uma contra antropologia arguta e sarcástica dos Brancos, o “povo da Mercadoria”, e de sua relação doentia com a Terra – conformando um discurso que Albert (1993) caracterizou, lapidarmente, como uma crítica xamânica da economia política da natureza”. (CASTRO in KOPENAWA, ALBERT, 2015, p 27)

Por sua vez, Ailton Krenak, em *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*, reflete sobre a alienação dos humanos diante da natureza a que todos pertencemos:

“Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem – fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza”. (KRENAK, 2019, pp16, 17)

Em *A Vida Não é Útil*, Krenak elege o consumo e o entretenimento como agentes importantes para aceleração do processo de descolamento da natureza e, em decorrência, da nossa própria humanidade:

“Estamos a tal ponto dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconectamos do organismo vivo da terra. (KRENAK, 2022, p.18)”

No que é corroborado por Adorno e Horkheimer, no início do prefácio do livro *Dialética do Esclarecimento*, através da seguinte declaração:

“O que nos propuséramos era, de fato, nada menos do que descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (ADORNO, HORKHEIMER, 2021, p11).

Para os dois filósofos mais proeminentes da Escola de Frankfurt, o conceito tradicional de *Esclarecimento* como um processo destinado a livrar a humanidade da ignorância e dos mitos e, além disso, capaz de gerar um pensamento crítico libertador - condição para a autonomia individual - na prática não existiria, pois em vez de libertar o ser humano, o esclarecimento teria se transformado num verdadeiro instrumento de dominação, através da *Indústria Cultural* que definiria, em última instância, a produção

(o que produzir) e o consumo (o que consumir), padronizando, alienando e homogeneizando a sociedade.

Com a *Indústria Cultural*, a cultura, até então libertadora e diversa, tornar-se-ia um mecanismo de controle social das massas, onde a arte e a cultura dão lugar a mercadorias repetitivas, produzidas em série, capazes de criar necessidades artificiais massificadas e de moldar nossos desejos. Todavia, nem mesmo a clarividência de dois expoentes da filosofia crítica poderia prever o papel devastador da Indústria Cultural após a popularização da TV e, recentemente, das redes sociais, nas quais o algoritmo substitui o direito de escolha de cada um.

Nesse novo cenário, uma das indústrias que mais cresce – a dos jogos eletrônicos – atinge o seu ápice com os óculos de realidade virtual, que proporcionam a completa imersão em mundos artificiais, onde o jogador se descola da realidade e da natureza, e por fim, do próprio planeta onde vive.

Em contexto diverso, Boaventura de Souza Santos, em *Pela Mão de Alice*, ao tratar do problema da “*descontextualização da identidade na modernidade*” relaciona-a à degradação de uma série de vínculos, entre os quais, com a própria natureza:

“Quanto ao vínculo com a natureza, a condição teórica de sua degradação teve início nos primórdios da modernidade com a revolução científica galilaica, newtoniana. As condições sociais foram múltiplas e começaram com a expansão do capitalismo comercial e os descobrimentos. O conceito de *res extensa*, que Descartes reduziu a natureza, é isomórfico do conceito de *terra nullius* desenvolvido pelos juristas europeus para justificar a ocupação dos territórios do Novo Mundo. E é também por essa razão que a concepção dos povos ameríndios como *homo naturalis* traz consigo a descontextualização da sua subjetividade. Daí em diante, a natureza só poderá ter acesso à cidade por duas vias, ambas ditadas por esta: como jardim botânico, jardim zoológico e museu etnográfico, por um lado; ou como matéria prima, por outro. O papel do Estado foi crucial por ter sido indireto ao criar e aplicar um regime jurídico de propriedade que simultaneamente legitimava pelo mesmo princípio e mantinha incomunicáveis dois processos históricos simbióticos: a exploração da natureza pelo homem e a exploração do homem pelo homem”. (SANTOS, 1995, p.142).

Queridos leitora e leitor, à medida que o conhecemos labirinto, ele se transforma diante dos nossos olhos em uma mina de pensamentos, cujo brilho ilumina as galerias para nos mostrar o quanto o *descolamento da natureza* contribuiu para o fracasso das políticas formuladas por agentes públicos incapazes de ver as especificidades das favelas e dos demais territórios de exclusão. É como se todos usassem óculos de realidade virtual que os impedem de conectar-se com os sentimentos de coletividade, colaboração e resiliência, ativos presentes na formação da Rocinha e que ainda se encontram por lá.

Sem enxergar e compreender a natureza do território em que atuam, passando batido por carências e potencialidades, muitos desses agentes estão munidos de preconceito e racismo na formulação dessas políticas que, não raro, agravam os problemas que pretendem solucionar.

No livro *Arrabalde: em busca da Amazônia*, João Moreira Salles (2022) relaciona a má qualidade das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento da Amazônia a um profundo desconhecimento da região, apontando a substituição da complexa paisagem amazônica por paisagens típicas das regiões de origem dos colonizadores (na maioria vindos do Sul do Brasil) como um dos grandes equívocos cometidos na ocupação da Região Amazônica, causador de danos irrecuperáveis.

A leitura de *Arrabalde* permite traçar um paralelo entre essas políticas e as intervenções feitas na Rocinha. Em ambos os casos, o desconhecimento está presente, apesar de a favela ter suscitado da academia e de instituições públicas a elaboração de uma infinidade de teses, artigos, diagnósticos, programas, planos e projetos, inclusive os que integram o Plano Diretor de Desenvolvimento Socioespacial da Rocinha.

Salles explica que a complexidade da floresta decorre não só da sua diversidade de espécies, mas, também, da existência de um intenso processo colaborativo entre elas. A incrível colaboração entre as raízes de diferentes árvores, descrita no livro, chamou minha atenção para o processo colaborativo que vigorou e vigora na formação da Rocinha e para resiliência da sua população, que se reúne para ajudar a bater a laje do vizinho, pavimentar becos, construir escadarias e infraestruturas e sobretudo, para resistir às diversas tentativas de remoção.

A cegueira, infelizmente, não se restringe aos formuladores das políticas públicas; quem vive na Rocinha padece dos mesmos males, sofrendo com os efeitos perversos do neoliberalismo que os aprisiona ao *novo trato dos viventes* e à pressão da *Indústria Cultural*, em sua eterna caçada por corações e mentes, moldando desejos e gostos e criando necessidades artificiais para ter, finalmente, o poder de definir o consumo e a produção de bens e serviços.

Para reagir a tudo isso, não nos resta alternativa senão *aterrar*, como propõe Latour; privilegiar o *envolvimento*, como recomenda Antônio Bispo dos Santos; conversar, um em frente ao outro, como ensina Kopenawa; ou, ainda, tentar seguir Milton Santos, quando ousou explicar o mundo do capital e a globalização a partir da visão do sul global, notadamente do Brasil, virando de ponta-cabeça a forma tradicional e subalterna de tratar as relações de poder e econômico-sociais a partir do pensamento vindo dos países desenvolvidos.

Um bom exemplo da tenacidade desse geógrafo é a sua permanente insatisfação com a aceitação de definições, sem a necessária revisão crítica, inclusive no que se refere à própria obra, como vemos em seu livro *Pobreza Urbana*, que trata dos circuitos superior e inferior da economia, conceitos por ele criados para explicar o funcionamento da economia nos países subdesenvolvidos:

“Falamos a princípio do ‘circuito moderno’ e do ‘circuito tradicional’ (SANTOS, 1970), mas não tardamos a renunciar esses termos, por várias razões. Antes de mais nada, qualquer discussão que vise distinguir o que é moderno do que é tradicional resulta inevitavelmente em etnocentrismo. Os termos constituem também uma fonte de ambiguidades. Nem sempre é possível datar corretamente as atividades do circuito superior em comparação com atividades semelhantes dos países desenvolvidos, porquanto sua definição não se baseia tanto na data de sua instalação quanto na forma de sua organização e na sua função. Da mesma maneira, parece inadequado referir-se ao circuito inferior como tradicional, visto que é um produto da modernização e está também num constante processo de

transformação e adaptação. Além do mais, alguns dos fornecimentos do circuito inferior provêm direta ou indiretamente dos chamados setores modernos da economia. Também rejeitamos o termo *circuito informal*. O circuito inferior não é informal, conforme poderiam sugerir alguns autores; tem sua própria organização e suas próprias leis operacionais e de evolução.” (SANTOS, 2013, pp 46-47)

Em outro trecho do mesmo livro, Milton Santos trata da relação causal entre planejamento e atraso teórico, mostrando o grave erro de se tratar “o *crescimento baseado no modelo de países já industrializado como solução para o problema do desenvolvimento, tendo o planejamento como instrumento para a sua realização*”:

“As teorias sobre o desenvolvimento - ou subdesenvolvimento - foram apresentadas como diretrizes para a correção de desigualdades entre indivíduos, regiões ou países. O crescimento baseado no modelo de países já industrializados começou - e continua sendo - a ser considerado como a solução para o problema de desenvolvimento, tendo o planejamento como instrumento de sua realização.

Entretanto, pode-se dizer que a própria ideia de planejamento contribuiu para atrasar a pesquisa das causas reais da pobreza. Pelo menos nos primeiros vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o planejamento era introduzido no Terceiro Mundo como uma espécie de cavalo de Troia. O crescimento era, sem discussão, o objetivo do planejamento, ainda que o sentido do crescimento fosse obscuro. As teorias de crescimento especificavam necessidades que eram julgadas essenciais, e o planejamento era aplicado para racionalizar a organização e a utilização dos recursos, sem levar em conta as realidades locais. Ora, como a tentativa de interpretar as realidades dos países subdesenvolvidos consistia principalmente em preparar uma lista de recursos para permitir seu planejamento, aquilo que era elaborado e apresentado como teoria podia não ajudar, e em certos casos, até mesmo trazer resultados perniciosos, apesar do esforço que representava. As explicações estavam intrinsicamente contaminadas, porque eram precedidas de uma definição de objetivos: equivaliam a pôr o carro à frente dos bois.

Não é exagero, portanto, afirmar que o planejamento atrasou a elaboração de uma adequada teoria de desenvolvimento, contribuindo dessa maneira, direta ou indiretamente, para criar ou agravar o problema para o qual se devia oferecer uma solução. Devido à má compreensão ou à compreensão incompleta de certos mecanismos, tais como por exemplo a pobreza, foi fácil impor - de dentro ou de fora - uma orientação ao planejamento, que tendia a desviar a pesquisa para problemas menores, mantendo ou agravando assim o *status quo*”. (SANTOS, 2013, pp.61,62)

Desta forma, podemos deduzir que, provavelmente, será um desastre planejar a urbanização das favelas e outras intervenções a partir de diagnósticos que não atingem o âmago da lógica contida na ocupação desses territórios, em muito diversa da que vigora nos locais onde o Estado se faz presente, regulando e fiscalizando o uso, a forma e a intensidade de apropriação dos espaços. O desconhecimento da complexidade e

singularidade desses processos e de sua lógica favorece o surgimento de ideias simplistas, como a intenção recorrente de tentar “transformar o morro em asfalto”¹¹.

Infelizmente, a maioria das políticas públicas direcionadas às favelas não passam de intervenções pontuais sem continuidade; além disso, costumam subestimar a importância de conhecer as estratégias, atores e circunstâncias que explicam a forma de ocupação desses territórios, cuidado fundamental para a definição de seus próprios objetivos.

Outro problema a ser considerado é que, na maior parte das vezes, os quadros técnicos, gestores e políticos que formulam e aplicam essas políticas não nasceram, cresceram ou viveram em favelas ou em outros territórios periféricos; vivem, em geral, na cidade formal, são considerados “*cidadãos de primeira classe*” e, como tal, trazem consigo o preconceito e o racismo, contaminando, na origem, a construção dessas políticas. Mesmo quando não há preconceito nem racismo, existe grande dificuldade de compreensão dos processos de ocupação das favelas, que diferem bastante dos que vigoram na cidade dita formal¹², a começar pelas legislações urbanísticas que, em sua maioria, não tratam das favelas, deixando-as à margem de qualquer regramento oficial. E mesmo quando a legislação as inclui, como na Rocinha, através do Decreto Municipal nº. 28.341, de 21 de agosto de 2007 (que estabelece o uso e a intensidade da ocupação do solo), acaba sendo totalmente ignorada, em razão da impropriedade e falta de fiscalização, ou porque quem dá a última palavra tem sido sempre o poder paralelo.

Outra diferença a ser considerada, neste caso um ativo, é o forte sentimento de pertencimento da população em relação à favela que construiu com as próprias mãos (tanto no tocante a parte significativa da infraestrutura - notadamente a viária -, como no tocante à quase totalidade das edificações), substituindo parcialmente a atuação do Estado. Para que isso fosse possível, acordos e regras locais foram estabelecidas, assemelhadas às antigas *posturas municipais*. O Posto de Orientação Técnica (POT) da Prefeitura, durante algum tempo, cumpriu a função de orientar e fiscalizar a ocupação da favela, papel atualmente assumido pela Região Administrativa e pela Associação de Moradores.

Outro ativo a ser considerado por qualquer política pública para a Rocinha é o trabalho de dezenas de ONGs, instituições, coletivos e ativistas que lá atuam, além da Associação de Moradores, a UPMMR, atualmente a única em funcionamento. Chamo a atenção, ainda, para a presença da Universidade na favela, principalmente da PUC-RIO, que tem contemplado muitos jovens da Rocinha com bolsas de estudo para suas diversas faculdades. Destacam-se ainda o jornal local Fala Roça, várias rádios comunitárias (entre elas a Rádio Brisa, que chegou a ter um programa semanal sobre o Plano Diretor) e a TV Tagarela, que substituiu a TV Rock (que, na falta de outra programação, repetia, várias vezes por dia, um longo programa sobre o Plano Diretor).

¹¹ A ideia de transformar “morro em asfalto” está presente até mesmo nos nomes dados às políticas, programas e intervenções: Programa Favela Bairro, e Bairrinho, da Prefeitura, e Programa Comunidade Cidade, do Governo do Estado.

¹² O termo “cidade formal”, apesar de inadequado, é aqui usado referindo-se às áreas urbanas cobertas pelas legislações urbanísticas. É inadequado porque mesmo nessas áreas a aplicação da lei é apenas parcial e ambígua, havendo várias maneiras de contorná-la oficialmente, aplicando-se a mais-valia, entre outros instrumentos meramente arrecadatórios que, em geral, contrariam frontalmente os objetivos da legislação.



Esse cadinho de movimentos sociais, somado à revolução que ocorreu com a entrada da internet na Rocinha (primeiro através das *Lan Houses*, em seguida pelos celulares) e à chegada dos cursinhos de vestibular comunitários (que abrem as portas das universidades públicas e privadas aos moradores da Rocinha), precisam ser levados em conta na construção de políticas públicas, sob pena de estas continuarem a fracassar como as anteriores, que, entre outros erros - ao deixarem de ouvir os moradores na definição de seus objetivos -, desperdiçaram importantes contribuições, inclusive de um segmento da população com curso superior e pós-graduação em medicina, enfermagem, ciências sociais, assistência social, economia, direito, arquitetura e engenharia.

A produção cultural da favela é mais um ativo a ser considerado, não só por sua importância intrínseca, mas também pela movimentação da economia local, com shows e bailes que contam com a participação de artistas famosos, além da venda e produção de artesanato e da rica culinária local, que atraem turistas e visitantes do mundo inteiro e envolvem centenas de moradores que têm, nessas atividades, a principal fonte de renda.

A preparação dos Acadêmicos da Rocinha para o desfile no Sambódromo também movimenta a economia da favela durante grande parte do ano; outro evento importante ocorre na Semana Santa, com a encenação da Paixão de Cristo, que tem por palco a própria favela e reúne centenas de figurantes sob o comando de Aurélio Mesquita, ator e diretor de teatro.

Artistas locais como o pintor Maxwell Alexandre, entre outros igualmente talentosos, ultrapassaram as fronteiras da favela, e uma profusão de poetas, romancistas e cronistas apresentam sua produção em saraus de poesia, dentro e fora da Rocinha. A música também está presente com a Escola de MCs, os compositores da Escola de Samba Acadêmicos da Rocinha e com a Escola de Música.



Acadêmicos da Rocinha
no Sambódromo

Escola de Música da Rocinha

O Museu SANKOFA MEMÓRIA E HISTÓRIA DA ROCINHA mantém-se como um museu exclusivamente virtual enquanto o belo projeto de sua sede, de autoria do arquiteto Mauro Guarany, não se concretiza. Ainda assim, o museu tem um acervo interessantíssimo, que vale a pena ser acessado: <https://museusankofarocinha.com.br>



O Pássaro Sankofa, um mito africano.

Já o jornal local *Fala Roça*, impresso e em meio digital, é um caso à parte: já há tempos um tremendo sucesso junto ao seu público, pelo excelente conteúdo e apuro gráfico, começa a transpor o público local para o de outras favelas e até mesmo do asfalto, como eu, morador de Humaitá. Nada melhor do que deixá-lo falar sobre si próprio:

O jornal nasceu através de um grupo de jovens da Rocinha que participaram de atividades criativas da Agência de Redes Para Juventude cujo objetivo era de pensar o jovem enquanto protagonista de seus desejos e realizações. A primeira versão impressa do Fala Roça foi lançada em maio de 2013. Um mês antes das Jornadas de Junho daquele ano marcado por manifestações populares em todo o país.

Em 2012, o acesso aos smartphones, tablets e computadores, e principalmente, a internet sem fio não abrangia toda a favela. O jornal impresso foi pensado como forma de penetrar nessa população offline, além de homenagear a população nordestina do morro. Com o avanço da tecnologia, o Fala Roça foi se remodelando. Passou a produzir reportagens para a versão digital e vídeos.

Desde o surgimento das favelas, a mídia hegemônica brasileira produziu um retrato marginalizado desses territórios. A Rocinha, por ser a maior favela do Brasil, não escapou dos estereótipos criados por jornalistas.

O “*Fala*” é uma forma de ampliar vozes. O “*Roça*” remete a memória local quando a Rocinha era uma grande fazenda. Após o loteamento ter sido embargado pela administração federal, as terras foram ocupadas por pessoas em busca de moradia. Assim, batizamos o Fala Roça. Uma comunicação da favela para todos. Atualmente, o Fala Roça é uma associação de comunicação. Sempre pensando em novas narrativas de comunicação na favela. (Site do Fala Roça)

Outro fato importante foi o surgimento de linhas de pesquisas e plataformas de dados sobre a favela em diversas universidades, o que tem atraído inúmeros pesquisadores, muitos deles da própria Rocinha e de outras comunidades, tendo como resultado a multiplicação de dissertações e teses vindas de dentro das favelas - o que me faz pensar que, se houver alguma maneira de libertar as favelas dos grilhões que as mantêm sob o jugo do *novo trato dos viventes*, ela terá de ser buscada dentro de suas fronteiras através do envolvimento dos moradores, os mais aptos a escolherem os seus destinos com discernimento, sabedoria e paixão.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe, *O Trato Dos Viventes Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2020.

CALVINO, Ítalo, *As Cidades Invisíveis*, São Paulo, O Globo, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius, *As Encruzilhadas do Labirinto*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1997.

KOPENAWA, David, ALBERT, Bruce, *A Queda do Céu*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton, *Ideias Para Adiar o Fim do Mundo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton, *A Vida Não É Útil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2020.

SALLES, João Moreira, *Arrabalde: em busca da Amazônia*, São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo Dos, *A terra Dá, A Terra Quer*, São Paulo, UBU Editora, 2023

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Pela Mão de Alice, O social e o político na pós-modernidade*, São Paulo, Cortez Editora, 1995.

SANTOS, Milton, *Pobreza Urbana*, São Paulo, EDUSP, 2013.